



Sessão Coordenada 12

Carla Regina Mariano da Silva¹

T1: A FORMAÇÃO DOCENTE E AS ALTERAÇÕES NOS QUADROS POLÍTICOS EM SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS, ESTADO DO MARANHÃO

Claudiomiro Ferreira de Oliveira, Déa Nunes Fernandes

T2: FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA: UM OLHAR AOS DOCUMENTOS OFICIAIS DE ÂMBITO FEDERAL (1961-1974)

Reginaldo Guilhermino Cabral Liborio, Armando Traldi Júnior

T3: A CADES NO CEARÁ E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960: O QUE DIZIAM OS JORNAIS?

Luiza Santos Pontello, Maria Laura Magalhães Gomes

Três são os textos que englobam essa sessão de comunicação e minha função aqui é relacioná-los ora explicitando semelhanças, ora explicitando diferenças. Apresentarei brevemente cada texto visando situar o leitor nas discussões que farei posteriormente, procurando dar contribuições para os trabalhos da sessão.

O artigo que aqui chamei de T1, consiste em um recorte de uma pesquisa de mestrado defendida em 2018 intitulada: Ao longo de minha juventude fiquei de um lado para outro... caminhos e histórias da formação de professores (de Matemática) em São José dos Basílios-MA. Como o título da pesquisa nos mostra, trata-se de um estudo que buscou produzir cenários sobre a formação de professores que

¹ Doutora em Educação Matemática. Unesp-Rio Claro-SP. Professora do Instituto de Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. carla.silva@ufms.br

ensinam matemática no interior do estado do Maranhão. A investigação faz parte de um projeto que busca mapear a formação e atuação de professores de matemática no país, desenvolvido pelos membros do Grupo de História Oral e Educação Matemática. A metodologia utilizada na pesquisa foi a História Oral, que, nas palavras do autor, “permite tomar os relatos de vida, de experiências, como registros históricos que podem servir para uma ou para várias outras investigações.”(T1, p.3). As sete primeiras páginas, ou seja, a maior parte do artigo, discute a metodologia e os procedimentos metodológicos utilizados. Feita essa discussão, o tema, *as alterações nos quadros políticos, estadual e local e sua relação com a formação de professores que ensinam e que ensinaram matemática na cidade de São José dos Basílios-MA* é desenvolvido.

O texto enfatiza a força política atuando ao interior do estado com a sua expansão nas décadas de 1950 a 1960. Estando o Maranhão no que podemos chamar de interior do Brasil, havia cidades em que o estado não estava presente, ou seja, em que as relações de forças se davam sem o controle do estado. No trabalho, todas as narrativas relatam de um modo ou de outro a interferência de certos interesses políticos na contratação e demissão de professores. Um exemplo citado no texto é o de uma professora que após ter trabalhado por mais de uma década na escola e ter sido diretora substituída eventualmente, com as mudanças políticas ocorridas se tornou zeladora da escola. Esse caso, no entanto, não é isolado. Em Mato Grosso do Sul (enquanto ainda Mato Grosso) tínhamos em décadas subsequentes (1970-1980), a troca de partidos no poder o que influenciava diretamente na demissão e contratação de professores tal qual o T1 nos relata.

A hipótese de que as alterações nos quadros políticos foram determinantes no processo de formação de professores é irrefutável. No entanto, o texto foca mais nas mudanças realizadas, na influência dessas na contratação de professores, e não explicita no que essas mudanças influenciaram a criação de cursos de formação de professores, por exemplo, ou nas mudanças realizadas em cursos já existentes, se é que existiam. É importante ressaltar que o texto explicita muito bem a relação política presente na região estudada, mas penso que falar de modo mais detalhado sobre essa influência na formação de professores traria contribuições para a área de pesquisa.

O T2, se caracteriza como uma pesquisa documental que teve como objetivo investigar os “saberes a ensinar” e os “saberes para ensinar” presentes nos documentos oficiais do, à época, Conselho Federal de Educação, bem como as leis de diretrizes e bases dessa mesma época, que regulamentaram a formação inicial de professores entre 1961 e 1974. O texto é muito bem fundamentado, busca a literatura sobre currículo para justificar o olhar apenas para o currículo prescrito e regulamentado. Explicita o conceito de pesquisa documental e a análise (análise de conteúdo de Bardin) realizada durante a pesquisa.

A análise tomou como fontes pareceres e resoluções do Conselho Federal de Educação e as LDBs de 1971 e de 1962, nos quais encontrou vestígios de argumentos a favor da integração dos saberes a ensinar e para ensinar. No texto, essa integração é justificada pelo período em que as legislações foram publicadas, qual seja, o período do Regime Militar. Tendo como característica desse governo uma formação tecnicista, a valorização dos saberes para ensinar parece se alinhar a esse modo de governar. Essa hipótese é possível, já que muita coisa foi modificada durante esse regime ditatorial. No entanto, um ideário de integralização

dessas disciplinas já existia antes da efetivação do regime. Há, por exemplo, um parecer de Newton Sucupira, de 1964, no qual ele afirma com todas as letras que é preciso formar um maior número de professores em menor tempo. É possível, pois, e não pode ser descartada essa hipótese de que a integralização dos saberes a ensinar e para ensinar, não são atendiam a formação pretendida durante a ditadura militar, mas refletia o espírito da época. Há também uma tensão na formação de professores de matemática, nesse período, que não parece no texto. A resolução 30 de 1974 fixava os mínimos para a formação de professores de Matemática e a resolução 37 do CFE, previa que até 1978 todos os cursos para formar professores fossem cursos de Ciências. Ainda que esse parecer tenha sido tornado sem efeito por outro subsequente, as ideias e discussões a respeito dos cursos de Ciências para formar professores de Matemática estavam presentes nos documentos oficiais. A própria ideia de integração que per é o cerne dos cursos de Ciências.

O último texto da sessão, T3, tem como título: A Cades no Ceará e a formação de professores de matemática nas décadas de 1950 e 1960, o que dizem os jornais? Consiste em um recorte de uma pesquisa, que assim como o texto T1, integra um projeto de pesquisa de amplo espectro que tem como objetivo mapear a formação e atuação de professores no Brasil. A CADES, Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, tinha como uma de suas ações o oferecimento de cursos para a preparação do professor para atuar no nível do, à época, ensino secundário. Como semelhança ao T1, estuda a formação de professores em um estado da região nordeste brasileira, mais especificamente, no estado do Ceará. Apesar dessa formação ser oferecida na capital, Fortaleza, a maioria dos alunos advinha do interior do estado, já que aos que ali residiam, só somente era permitido a matrícula em cursos regulares que não eram oferecidos na cidade em questão. Como resultado disso, ainda que o curso era oferecido em uma cidade central do estado, atendia a população do interior.

As autoras informam logo no início do texto, que a pesquisa foi realizada segundo os preceitos da História Oral e trabalhou com entrevistas e jornais. O artigo é uma descrição do caminho percorrido nas buscas aos arquivos e as hemerotecas, portanto, uma parte da pesquisa. E aqui se encontra um primeiro aspecto que poderia ser ampliado no texto e talvez tenha sido mais discutido no trabalho em si. Existem muitas pesquisas que discutem o trabalho com arquivos. No próprio Enaphem, tivemos a oportunidade de termos uma mesa redonda que discutia esse tema. Penso que trazer para o texto, que tem esse foco, alguns outros trabalhos em arquivos se faz necessário e poderia ampliar a discussão ali pretendida.

O material encontrado nos jornais, sempre em tom laudatório, salienta a importância da CADES e a relevância dessa formação para os ginásios do interior do estado. A partir de 1964 as notícias diminuem, mas há registros de que a CADES existiu até a década de 1970. Apesar de anunciar não utilizar as narrativas no texto, já que no momento de escrita do artigo, as autoras não tinha em mãos as autorizações de todas as textualizações, o texto é costurado levemente pelas entrevistas, o que reafirma o fato do movimento de análise ser realizado, ainda que sem uma sistematização, desde o início do texto. Reafirmo que entendo que as falas dos entrevistados já estão impregnadas nas autoras, e por isso a dificuldade em não falar sobre isso, o que explicita o quanto a análise não é apenas o momento final de uma pesquisa.

Alguns aspectos poderiam ser mais trabalhados durante a conclusão final.

Como exemplo, há falas muito genéricas: “muito relevantes para a formação de professores secundários no Ceará” ou “os jornais expressaram que esses cursos foram importantes para a formação de professores secundários no estado” (T3, 2018, p.12). Falas como essas poderiam ser evitadas já que pouco dizem a respeito do tema trabalhado.

Entre semelhantes e diferenças, temos dois textos discutindo a formação de professores em uma região específica do país, o nordeste, nos estados do Ceará e Maranhão, e um tratando da legislação sobre essa formação no âmbito nacional. Já vimos que ao falar sobre a formação de professores nos estados do Ceará e de Maranhão, T1 e T3 utilizam a metodologia de história oral, enquanto T2 trabalha com pesquisa documental.

O ponto de ligação entre as três pesquisas, é, no entanto, a relação política determinando e influenciando a formação de professores. A CADES foi uma Campanha que, como outras que já conhecemos, era emergencial e tinha a intenção de certificar professores que já atuavam no que conhecemos hoje como Educação Básica. Formações desse tipo parecem ter sido mais comuns do que as formações regulares previstas na legislação estudada no T2. As legislações, por sua vez, nos mostram um aspecto da época estudada que é o ideário de formação de professores, que apesar de distante do que acontecia na maioria dos cursos, mostra que muitas ideias, como as discussões sobre a mudança do 3 +1, estiveram presentes por um bom tempo na legislação antes de terem sido implantadas, se é que foram. A interiorização da formação de professores no Maranhão, regada a decisões políticas termina por unir as três pesquisas aqui discutidas.

Com metodologias diferentes, mas com a política ditando o que deveria acontecer na formação de professores, os três trabalhos desta sessão foram escritos. Esse aspecto era ainda o tema do evento: Formação de professores: história, cultura e política, o que também reflete o momento atual da Educação brasileira e reafirma a importância de trabalhos como esses.

O trabalho sobre a legislação presente nos documentos oficiais é muito importante e se faz necessário, afinal essa é uma narrativa histórica sobre a formação de professores. Uma narrativa produzida por um grupo que estava no poder, e por estar nessa posição, ditavam o que era possível e o que não era possível na formação de professores no âmbito nacional. Se olharmos para um dos artigos da LDB 5692/71 o qual previa que na falta de professores habilitados, alguém com formação até o ano da série, poderia lecionar, vemos, no entanto, que brechas existiam. E o que na legislação, muitas vezes aparecia como exceção acaba se tornando regra na prática. Apesar de haver um grupo ditando regras, adaptações, e subversões certamente ocorriam.